APRESENTAÇÃO

A Campanha de Educação de Adultos foi organizada em 1947 pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública, culminando um processo que vinha se definindo desde os anos de 1930, principalmente no período do Estado Novo (1947-1945). Tratava-se da atualização dos sistemas de ensino municipais, atendendo às necessidades da maioria da população e às propostas de desenvolvimento da sociedade brasileira que, progressivamente estava passando a se urbanizar, pela perda de proeminência da agricultura e do início da industrialização.

Nesse momento a educação de adultos e, em particular, a alfabetização de adultos aparece como um "problema nacional". O índice de analfabetismo era da ordem de 55%. No período, é forte também a influência da Unesco, criada em 1947, que passa a defender a extensão da educação fundamental, ou de base, a toda a população dos países então considerados subdesenvolvidos, em particular para as populações do campo.

Este processo tem início com a decisão do Governo Federal de complementar as atividades do sistema de ensino fundamental, tradicionalmente de responsabilidade dos poderes locais. Em 1942, pelo Decreto-lei nº 4.958, é criado o Fundo Nacional de Ensino Primário. Em 1945, o Decreto nº 19.513, regulamenta a utilização dos recursos desse Fundo em 70% em construções escolares e 25% na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, conforme um plano geral de ensino supletivo aprovado pelo Ministério.

A organização da Campanha Nacional de Educação de Adultos se efetiva com a instalação, também em 1947, do Serviço de Educação de Adultos no Departamento de Educação do Ministério de Educação e Saúde Pública. Previa-se a instalação imediata de 10.000 classes de ensino supletivo em todas as unidades da Federação. Esse número foi elevado gradualmente nos anos seguintes, até atingir 16.500 em 1950, marcando o período de maior vitalidade da Campanha, então sob a coordenação de Lourenço Filho.

Nos anos seguintes, apesar do reforço das missões rurais e dos centros de organização comunitária, impulsionado pela Campanha Nacional de Educação Rural, colaboração conjunta do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Ministério da Agricultura definida em 1950, as escolas supletivas de adultos vão perdendo sua força.

Após dez anos de atividades e em face das profundas alterações que estavam ocorrendo na estrutura econômica e nas condições de vida social do País, que passaram a exigir a revisão do sistema escolar brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura, em cooperação com a Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, planejou realizar, no Rio de Janeiro, em julho de 1958, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Seus objetivos maiores era efetivar, pelos órgãos oficiais do ensino, pelas entidades particulares interessadas e pelos educadores em geral, o estudo dos problemas relacionados com as finalidades, formas, aspectos sociais, organização, administração, métodos e processos de educação de adultos, visando seu aperfeiçoamento.

Decidida a realização do Congresso, foram promovidos, como medida preliminar, a realização de seminários regionais, nos meses de abril e maio, nas capitais dos estados. Esses seminários destinavam-se a preparar dados e informações objetivas e atualizadas que garantissem ao Congresso uma visão realista da situação e das perspectivas de progresso no

campo da educação de adultos. No entanto, apenas alguns estados realizaram esses seminários; outros apresentaram relatórios sobre a situação da Campanha.

O temário proposto abordava quatro tópicos: a) Levantamento e análise da evolução e situação atual da educação de adultos no Brasil; b) A educação de adultos: suas finalidades, formas e aspectos sociais; c) A educação de adultos e seus problemas de organização e administração; d) Os programas, métodos e processos da educação de adultos. Na mesma ordem, foram organizadas comissões que analisaram as teses propostas e os relatórios dos seminários regionais e dos estados e encaminharam suas conclusões para serem discutidas e aprovadas nas assembleias.

O número de teses e depoimentos recebidos foi bastante significativo: cerca de 200. A participação mais significava ainda: 2.000 participantes, a maioria do então Distrito Federal, hoje município do Rio de Janeiro. Nele se localizava a sede do Ministério da Educação e Saúde Pública, onde foram realizadas as sessões plenárias. As comissões, desdobradas em grupos de trabalho, se reuniam nas dependências da Associação Brasileira de Imprensa, que fica próxima.

Os anais do Congresso foram publicados em dois volumes, guardados atualmente na biblioteca do Espaço Anísio Teixeira, no campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esses volumes, com cerca de 600 páginas mimeografadas, reúnem: a) temário e palavras iniciais do Ministro da Educação aos jornalistas sobre o Congresso; b) teses e comunicados apresentados; c) relatórios dos Serviços de Educação de Adultos nos estados do Amazonas, Bahia e São Paulo; d) relatórios dos seminários preparatórios regionais realizados em Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Maranhão; e) sete boletins informativos diários sobre a organização e o funcionamento do congresso, contendo resumo das teses e comunicados, relação de participantes por estado; conclusões das comissões de estudos e das sessões plenárias, discursos nas sessões de abertura e encerramento, comunicações, avisos e notícias diversas.

Nestes anais, os documentos mais interessantes são os relatórios dos estados que informam as ações neles realizadas, alguns detalhadamente. Os resultantes dos seminários preparatórios regionais, também eles de abrangência estadual, são ainda mais interessantes, por discutirem a temática proposta. Em particular, destaca-se o de Pernambuco, pela abordagem geral e, sobretudo, pela apresentação de nova concepção de alfabetização, na comissão relatada por Paulo Freire.

Uma edição especial da *Revista Educação*, órgão da Associação Brasileira de Educação (n. 61, 3º trimestre de 1958), inteiramente dedicada ao Congresso, reúne organizadamente: a) objetivos e o temário; b) os discursos da sessão inaugural, entre eles o mais importante, pronunciado pelo Presidente da República Juscelino Kubistchek, propondo nova orientação para a educação de adultos; c) relatórios das comissões que debateram as teses, os comunicados e os relatórios estaduais e regionais; d) relatórios das sessões plenárias; e) conferência do Prof. Lourenço Filho; f) discursos pronunciados na Sessão de encerramento; e g) Carta da Educação de Adultos.

Não há nenhuma informação que o Congresso tenha alterado a forma de ação da Campanha. A própria carta dele resultante tem um caráter genérico, discordando da proposta inovadora do discurso de abertura feito pelo Presidente da República e ignorando a postura também inovadora do relatório de Pernambuco.

A efetiva alteração no modo de entender e fazer a educação de adultos vai acontecer do início dos anos de 1960, com a criação dos movimentos de cultura e educação popular, sob a iniciativa de municípios (Recife e Natal, principalmente) e instituições da sociedade civil (UNE e Igreja Católica, por exemplo), e a experiência de alfabetização pelo "Método Paulo Freire" (em Angicos, no Rio Grande do Norte).

Na organização deste livro, optamos por transcrever em primeiro lugar a *Revista Educação*, por dar uma visão completa do Congresso, com a reprodução dos discursos, dos relatórios das comissões e das conclusões das assembleias, que se encontram dispersos nos Boletins Informativos. Antecipamos também a transcrição desses Boletins, por neles estar registrados, detalhadamente a organização e o funcionamento do Congresso. No que diz respeito aos anais propriamente ditos, mantivemos a ordem das matérias conforme o original, fazendo apenas a atualização ortográfica na redação dos documentos.

A publicação desta obra faz parte da missão do Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos - NEDEJA, da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense que, desde a sua criação, em 2000, tem visado, dentre os seus principais objetivos, organizar referências documentais e dados sobre Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil, propiciando condições de pesquisa aos estudiosos do tema, especialmente alunos dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, bem como interessados oriundos de outras entidades.

Levando em consideração as diversas questões e discussões que emergem nessa obra como possibilidade de diálogo para os estudos sobre educação popular e a educação dos sujeitos adolescentes, jovens, adultos e idosos, esperamos que venha ser um importante instrumento histórico para reflexão sobre a política de educação no Brasil.

Agradecemos a todos e todas que contribuíram com o trabalho desenvolvido pelo NEDEJA ao longo da sua história, principalmente aos colegas da Faculdade de Educação, do Instituto de Educação de Angra dos Reis e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF.

Agradecemos ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) que vem financiando os trabalhos dos integrantes do NEDEJA ao longo da sua história, inclusive com o financiamento desta publicação.

Boa leitura a todos e todas!

Rio de Janeiro, setembro de 2023.

Osmar Fávero
Elionaldo Julião